

RESEARCH ARTICLE

Psicologia e Educação básica: a importância da inserção de psicólogos em instituições públicas de ensino médio como uma intervenção acessível e adequada para jovens e adolescentes em vulnerabilidade

Isadora Rodrigues Silva ^{a,1}, Maria Eduarda Silva Marinho de Lima ^{b,2}, Aldo Fonseca de Souza ^{c,3}

(a) Ensino Médio pela Escola Municipal Centro Educacional 16 de Ceilândia | Brasília, DF, Brasil | **Lattes ID:** <http://lattes.cnpq.br/1672425895096286>

(1) **E-mail** (Corresponding author): isadoraapplication@gmail.com

(b) Bacharelada em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) | Natal, RN, Brasil | **Lattes ID:** <http://lattes.cnpq.br/3395866122956764>

(2) **E-mail:** mariaeduardamarinho722@gmail.com

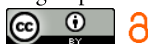
(c) Mestre em Biologia Estrutural e Funcional | Professor da rede pública estadual de ensino do Rio Grande do Norte, Escola Estadual Professor Edgar Barbosa | Natal, RN, Brasil | **Lattes ID:** <http://lattes.cnpq.br/6109534098507360>

(3) **E-mail:** aldofs.neuro@gmail.com

História do artigo / Article history

Recebido: 05 outubro 2022 | Aceito: 26 janeiro 2023 | Publicado online: 06 março 2023.

© O(s) Autor(es) 2023 | Publicado por RBRAEM. Este artigo é publicado com acesso aberto sob os termos da licença internacional Creative Commons Attribution 4.0 (CC BY-NC 4.0).



RESUMO

O ensino médio é uma modalidade da educação básica essencial para a formação de todo cidadão brasileiro. Grande parte dos estudantes no ensino médio carregam consigo muitas responsabilidades além das atividades escolares, e, por isso, nem sempre conseguem conciliar, de maneira efetiva, os estudos e os cuidados consigo próprio, sobretudo com a saúde mental, podendo desenvolver transtornos mentais. Neste artigo, investigamos o número de estudos publicados sobre transtornos mentais em alunos da educação básica do país nos últimos 20 anos e destacamos a importância da inserção de psicólogos nas escolas públicas do Brasil. Apenas 19 trabalhos atenderam critérios de inclusão para as análises. Nossos resultados mostram que a maioria dos trabalhos publicados se concentra em estudantes do ensino médio. Além disso, os transtornos de ansiedade foram os mais investigados nos estudos realizados, seguidos pelos transtornos alimentares e, em seguida, pelos transtornos depressivos. Ademais, a Região Sudeste do Brasil foi a que mais apresentou trabalhos sobre a temática de transtornos mentais em escolares nas últimas duas décadas. Tomados em conjunto, nossos resultados sugerem a importância que se deve dar para a efetivação de psicólogos nas instituições de educação básica do país, em especial, no ensino médio, como forma de ajudar na qualidade de vida e no rendimento escolar de estudantes que sofrem com transtornos mentais, sobretudo aqueles em situação de vulnerabilidade.

Palavras-chave | Psicologia. Educação básica. Ensino médio. Transtornos mentais. Desigualdade social.

ABSTRACT / RESUMEN

Psychology and basic education: the importance of the insertion of psychologists in public high school institutions as an accessible and adequate intervention for youth and adolescents in vulnerability

Abstract | High school is a basic education modality essential for the formation of all Brazilians. Most high school students have many responsibilities besides school activities and, therefore, they are not able to effectively reconcile studying and self-care, especially with mental health, thus leading to mental disorders. In this paper, we investigate the number of published researches on mental disorders in basic education students in the country over the last 20 years and highlight the importance of including psychologists in public schools in Brazil. Only 19 studies met the inclusion criteria for the analyses. Our results show that most published papers focus on high school students. In addition, anxiety disorders were the most investigated in the studies performed, followed by eating disorders and then depressive disorders. Furthermore, the Southeast region of Brazil had the largest number of papers on mental disorders in school-aged adolescents in the last 20 years. Taken together, our results suggest the importance that should be given to the insertion of psychologists in basic education institutions, especially in Brazilian high school, to improve the quality of life and school performance of students suffering from mental disorders, especially those in vulnerable situations.

Keywords | Psychology. Basic education. High school. Mental disorders. Social inequality.

Psicología y educación básica: La importancia de la inserción de psicólogos en instituciones públicas en las escuelas secundarias como una intervención accesible y adecuada para jóvenes y adolescentes en vulnerabilidad

Resumen | La escuela secundaria es una modalidad de la educación básica esencial para la formación de todos los ciudadanos brasileños. Gran parte de los estudiantes de la escuela secundaria cargan con ellos muchas responsabilidades además de las actividades escolares y, por eso, ni siempre logran conciliar de una manera efectiva los estudios e el cuidado con sí propio, sobre todo con una salud mental, pudiendo desenvolver enfermedades mentales. En este artículo investigamos el número de estudios publicados sobre enfermedades mentales en alumnos de la educación básica del país en los últimos 20 años y destacamos la importancia de la inserción de psicólogos en las escuelas públicas de Brasil. Apenas 19 trabajos estaban en los criterios de inclusión para los análisis. Nuestros resultados muestran que la mayoría de los trabajos publicados se concentran en estudiantes de la escuela secundaria. Además de eso, las enfermedades de ansiedad fueron las más investigadas en los estudios realizados, seguidas por los trastornos alimentares y en seguida por los trastornos depresivos. Incluso, la región Sudeste de Brasil fue la que más presentó trabajos sobre la temática de trastornos mentales en estudiantes en los últimos 20 años. Seleccionados en conjunto, nuestros resultados sugieren la importancia que debe dar para la efectividad de psicólogos en las instituciones de educación básica del país,

especialmente, en la enseñanza secundaria como una forma de ayudar en la calidad de vida y en el rendimiento escolar de estudiantes que sufren con trastornos mentales, sobre todo aquellos en situación de vulnerabilidad.

Palabras-clave | Psicología. Educación básica. Escuela secundaria. Enfermedades mentales. Desigualdad social.

Introdução

O ensino médio caracteriza-se por ser uma modalidade da educação básica essencial para a formação de todo cidadão brasileiro e, por muitas vezes, um “divisor de águas” para tomada de decisão no que tange à esfera profissional. Os desafios inerentes a essa etapa de ensino nas escolas da rede pública do país compreendem não só aspectos de natureza didático-pedagógica, refletidos nos índices educacionais nacionais, mas também aspectos estruturais e organizacionais das unidades de ensino, bem como aspectos relacionados aos próprios estudantes.

Segundo Krawczyk (2011, p. 754), quando refletimos sobre o sistema educacional brasileiro, “é consensual a percepção de que o ensino médio é o nível de ensino que provoca os debates mais controversos, seja pelos persistentes problemas do acesso e da permanência, seja pela qualidade da educação oferecida, ou, ainda, pela discussão sobre a sua identidade” (KRAWCZYK, 2011). Tais problemas também são apontados por Trigueiro (2020), que os discute de maneira breve, como sendo os três desafios dessa última etapa da educação básica (TRIGUEIRO, 2020). Infelizmente, atrás desse difícil cenário emergem também situações conflituosas e preocupantes que, maximizadas atualmente pela pandemia de COVID-19, têm acompanhado a vida de muitos estudantes secundaristas: os transtornos mentais.

No Brasil, grande parte dos estudantes no ensino médio carregam consigo outras responsabilidades além das atividades escolares, e por isso, nem sempre conseguem conciliar, de maneira mais efetiva, os estudos e os cuidados consigo próprio, sobretudo com a saúde mental. A falta desse cuidado ou dessa atenção pode desencadear os transtornos mentais, os quais podem passar despercebidos pelos próprios estudantes ou até mesmo pelos pais ou responsáveis. Não raras vezes quando começam a percebê-los, descobrem que o transtorno já se encontra em um nível avançado, o que dificulta ou aumenta o período do tratamento ou da terapia específicos, que poderiam ser mais eficazes ou mais céleres se o distúrbio fosse identificado mais cedo.

Por esse motivo, ações públicas com base em atenção especializada em instituições de ensino do país podem e devem ser promovidas pelo poder público a fim de contribuir primeiramente para a saúde e bem-estar dos alunos e, conseqüentemente, com a melhoria do rendimento escolar dos estudantes. Além disso, existem também outras situações no ambiente educacional que evocam atenção especializada para atender as necessidades dos estudantes. Tais situações podem afetar direta ou indiretamente a saúde e a permanência dos alunos na unidade de ensino e são relacionadas a outras áreas da vida do estudante, como relacionamentos interpessoais, carreira profissional, sexualidade, dificuldades de aprendizagem, entre outros.

A Lei nº 13.935 de 11 de dezembro de 2019 dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica do país. A execução eficiente dessa Lei por parte do Estado poderia materializar-se como sendo um verdadeiro recurso para atenção e suporte nas instituições escolares, com objetivo de contribuir para a educação do país, dando atenção aos alunos mais carentes, dada a urgência e preocupação do tema. Infelizmente, poucas unidades de ensino no país parecem usufruir desse dispositivo legal.

Ademais, cabe também destacar que a lei supracitada, no seu Artigo 1º, diz que “As redes públicas de educação básica contarão com serviços de psicologia e de serviço social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais” (BRASIL, 2019). Esse dispositivo remete, portanto, a importância da necessidade de haver profissionais especializados e

capacitados nessas instituições a fim de promoverem ações para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem dos estudantes.

Muitos estudos têm investigado transtornos mentais em estudantes do ensino superior (LIMA *et al.*, 2006; CRUZ *et al.*, 2010; AQUINO, 2012; SANTOS *et al.*, 2017, AMARAL *et al.*, 2019; NEPONUCENO *et al.*, 2019; GREYER *et al.*, 2019; FRAGELLI; FRAGELLI, 2021; RABELO *et al.*, 2021). Porém, poucos estudos têm se inclinado a investigar transtornos mentais em estudantes da educação básica do país, o que contribui para poucas ações verdadeiramente efetivas para a inclusão de profissionais especializados no assunto nas unidades escolares da rede pública.

O presente estudo investiga pesquisas realizadas e relacionadas à área de transtornos mentais no ambiente escolar e, de maneira especial, discute como jovens e adolescentes em vulnerabilidade, estudantes de escolas públicas, são um público consideravelmente afetado por essas condições.

A motivação principal para este trabalho deu-se em virtude de uma das autoras sofrer de transtorno de ansiedade generalizada (TAG) desde os cinco anos de idade e que durante 12 anos vivendo com essa condição, passando por situações traumáticas e sem um tratamento eficaz devido ao alto custo, bem como à invisibilidade do assunto na esfera escolar, agravou a sua situação a ponto de desenvolver vários comportamentos compulsivos e crises depressivas que a prejudicaram pessoal, social, acadêmica e profissionalmente, afetando diretamente sua saúde física e mental.

Sendo assim, após perceber que jovens em vulnerabilidade assim como ela necessitavam recorrer a outros instituições para conseguirem ajuda no tratamento, a autora idealizou esse estudo e, juntamente com uma colega e seu orientador, decidiram realizar essa pesquisa que destacasse, sobretudo, a importância da inserção de psicólogos em instituições de ensino como uma intervenção eficaz, acessível, gratuita e de qualidade para ajudar jovens que sofrem de transtornos psicológicos, principalmente àqueles de baixa renda e que se encontram em situação de grande desigualdade social e que, por algum motivo, os tornem mais vulneráveis a esses transtornos e sem condições de custear um tratamento mais efetivo. Esse trabalho, é, portanto, mais que uma produção textual. É uma forma que encontramos de socializar a importância de se ter atenção psicológica especializada na área educacional para esses estudantes nas escolas da rede pública de ensino do Brasil, uma vez que ao mesmo tempo que se preconiza que todos têm o direito de ter uma educação pública, gratuita e de qualidade, nem todos têm o privilégio de desfrutá-la de maneira adequada e eficiente.

Metodologia

Caracterização do estudo

O presente estudo caracteriza-se como sendo uma pesquisa quali-quantitativa, exploratória, com delineamento comparativo. Primeiramente, foi realizada uma extensa pesquisa bibliográfica tanto em bibliotecas digitais e plataformas de pesquisa como o *Scielo*, *Google Acadêmico* e o *Science Direct*, bem como utilizando diferentes palavras-chaves diretamente no *Google*. A pesquisa concentrou-se em coletar e quantificar dados de trabalhos científicos de diversos autores e pesquisadores brasileiros sobre transtornos ou problemas mentais em estudantes de escolas públicas e privadas de ensino fundamental e médio no país entre os anos 2001 e 2021. Consideramos como trabalhos científicos não apenas artigos científicos originais publicados em periódicos específicos, mas também teses de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso de graduação e resumos expandidos publicados em eventos científicos nacionais (congressos ou simpósios).

Para fins desta pesquisa, consideramos os seguintes transtornos mentais: transtornos de ansiedade, transtorno obsessivo-compulsivo, transtornos depressivos e transtornos alimentares. A classificação desses transtornos foi baseada na 5ª Edição do Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais (DSM-V) da Associação Americana de Psiquiatria.

Critérios de inclusão

Como critérios para inclusão dos trabalhos científicos para as análises, foram consideradas e elencadas as seguintes condições metodológicas:

Condição nº 1: “O trabalho versa sobre algum tipo de transtorno mental em estudantes do ensino médio ou fundamental?” Se sim, segue-se para a condição 2; se não, é considerado inapto para as análises.

Condição nº 2: “O trabalho foi realizado apenas com dados oriundos de estudantes de escolas brasileiras?” Se sim, segue-se para a condição 3; se não, é considerado inapto para as análises.

Condição nº 3: “O trabalho é de natureza quantitativa ou quali-quantitativa?” Se sim, segue-se para a condição 4; se não, é considerado inapto para as análises.

Condição nº 4: “O trabalho deixa explícito o termo “estudantes” ou cita que os jovens e/ou adolescentes estão cursando alguma etapa da educação básica (fundamental ou médio)? Se sim, segue-se para a condição 5; se não, é considerado inapto para as análises.

Condição nº 5: “As análises do trabalho incluem, em algum momento, dados de estudantes do ensino superior?” Se sim, é considerado inapto para as análises; se não, é considerado apto para as análises e finalmente incluído na tabela *PsicoEduc*.

Uma vez atendendo simultaneamente os cinco critérios acima, o trabalho era considerado apto para o presente estudo e seus dados eram coletados conforme explica o próximo subtópico.

Coleta e análise dos dados

Uma vez observadas as condições acima, os dados foram inicialmente organizados em uma tabela intitulada *PsicoEduc*, utilizando para isso, o Microsoft Word (Pacote Office 365 para Windows), sendo extraídas as seguintes informações de cada estudo: “Público-alvo”, “Tamanho da amostra”, “Transtorno mental observado/estudado”, “Localidade de estudo” e “Referência”. Após feita a seleção dos trabalhos e a organização dos respectivos dados na tabela *PsicoEduc*, foram feitas análises descritivas utilizando o Microsoft Excel (Pacote Office 365 para Windows). A descrição referencial dos trabalhos encontra-se no item “Referências” do presente artigo.

Resultados

O presente estudo aborda a importância da inserção de psicólogos em instituições de educação básica no Brasil, tendo como base dados já publicados de pesquisas realizadas sobre transtornos mentais com estudantes da educação básica.

Como resultado da investigação bibliográfica realizada, 19 trabalhos científicos foram considerados aptos para as análises. A maioria dos trabalhos (n = 18) foram classificados como artigos científicos originais publicados em periódicos nacionais, enquanto um trabalho consistia em uma dissertação de mestrado. Desse total, quatro trabalhos (21,05%) foram realizados apenas com estudantes do ensino fundamental. Em contrapartida, 10 trabalhos (52,63%) foram conduzidos apenas com estudantes do ensino médio, enquanto cinco trabalhos (26,32%) foram realizados com estudantes de ambas as modalidades de ensino (fundamental e médio). Um total de 10471 estudantes participaram das pesquisas. Todos os dados extraídos e utilizados para as análises no presente estudo são mostrados na tabela 1 abaixo, a tabela *PsicoEduc*.

Tabela 1. Compilação dos dados extraídos de trabalhos científicos publicados que investigaram transtornos mentais em estudantes de ensino fundamental e/ou médio das escolas brasileiras conforme os critérios de inclusão para análise.

Público-alvo	Tamanho da amostra	Transtorno mental observado/estudado	Localidade do estudo	Referência
Estudantes do EM	957	Ansiedade	Rio de Janeiro (RJ) e Juiz de Fora (MG)	Oliveira e Boruchovitch (2021)
Estudantes de EF	674	Ansiedade generalizada e TOC	Salvador (BA)	Santos Tourinho, Hemanny e Oliveira (2020)
Estudantes do EM	27	Ansiedade	Belém (PA)	Brito, Azonsivo e Dolabela (2020)
Estudantes do EM	96	Ansiedade	Sul de Minas Gerais (MG)	Souza (2020)
Estudantes do EF e EM	117	Depressão e Ansiedade *	Norte do Rio Grande do Sul (RS)	De Oliveira Pimentel, Méa e Patias (2020)
Estudantes do EM	70	Depressão	Rio Grande do Sul (RS)	Grolli, Wagner e Dalbosco (2017)
Estudantes do EF e EM	634	Depressão *	Interior de São Paulo (SP)	Valle <i>et al.</i> (2015)
Estudantes do EF	348	Depressão *	São Carlos (SP)	Forlim, Stelko-Pereira e Williams (2014)
Estudantes do EM	505	Depressão	Teresina (PI) e Natal (RN)	Damião <i>et al.</i> (2011)
Estudantes do EM	2076	Transtornos alimentares	Campo Grande e Ponta Porá (MS)	Souza <i>et al.</i> (2011)
Estudantes do EM	58	Anorexia nervosa e distúrbio e imagem	São Jorge do Ivaí (PR)	Vergilio e Grafena (2011)
Estudantes do EM	1280	Transtornos alimentares	Cuiabá (MT)	Pivetta e Gonçalves-Silva (2010)
Estudantes do EM	511	Ansiedade	São José dos Campos (SP)	Batista e Oliveira (2005)
Estudantes do EM	187	Anorexia nervosa e distúrbio e imagem	Maringá (PR)	Souza-Kaneshima <i>et al.</i> (2006)
Estudantes do EF e EM	525	Fobia social	Porto Alegre (RS)	Fernandes e Terra (2008)

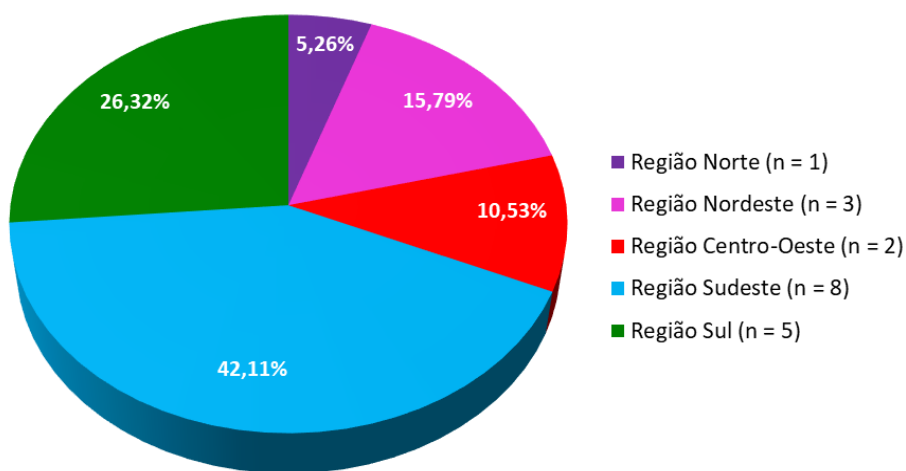
Estudantes do EF e EM	243	Depressão e ansiedade	Recife (PE)	Jatobá e Bastos (2007)
Estudantes do EF	166	Fobia social	São Paulo (SP)	D’El Rey <i>et al.</i> (2006)
Estudantes do EF	190	Fobia social	Rio de Janeiro (RJ)	Vilete <i>et al.</i> (2004)
Estudantes do EF e EM	1807	Transtornos alimentares	Interior de Minas Gerais (MG)	Vilela <i>et al.</i> (2004)
Total	10471	-----	-----	19

Fonte: Tabela *PsicoEduc* produzida pelos próprios autores conforme dados disponíveis nos 19 trabalhos científicos que atendiam os critérios de inclusão e foram considerados aptos para análises. EF: Ensino Fundamental; EM: Ensino Médio. * Trabalho que investigou o(s) transtorno(s) relacionado(s) à prática do *bullying*.

Quanto ao tipo de transtorno mental pesquisado em estudantes da educação básica, nossos resultados mostram que os transtornos de ansiedade foram os mais estudados, sejam como investigação principal (n = 7; 36,84%) ou investigado simultaneamente com algum outro tipo de transtorno mental (n = 10; 52,63%), seguido de transtornos alimentares (n = 5; 26,32%) e transtornos depressivos, (n = 4; 21,05%). Baseando-se no DSM-V, é importante salientar que, no presente estudo, consideramos “Fobia social” como sendo um subtipo de transtorno de ansiedade, e, portanto, incluído na análise e estatística do grupo dos *transtornos de ansiedade*.

Quanto à localidade onde o estudo foi realizado, a figura 1 abaixo mostra o número e percentual de trabalhos realizados e publicados investigando transtornos mentais em estudantes da educação básica por região geográfica do país.

Figura 1. Número e porcentagem de trabalhos publicados por região geográfica do Brasil tendo como foco de pesquisa a investigação de transtornos mentais em estudantes da educação básica (período 2001 a 2021).



Fonte: Acervo pessoal dos autores

De acordo com a figura 1, a Região Sudeste foi a que mais apresentou trabalhos sobre transtornos mentais com estudantes da educação básica (n = 8; 42,11%), seguida da Região Sul (n = 5; 26,32%) e da Região Nordeste (n = 3; 15,79%). Apenas dois trabalhos da Região Centro-Oeste (10,53%) atenderam os

critérios de inclusão para integrarem a tabela *PsicoEduc*. Por fim, a Região Norte do país apresentou apenas um trabalho (5,26%) que atendeu os critérios para compor a tabela.

Discussão

O presente estudo investigou o número de trabalhos científicos publicados nos últimos 20 anos acerca da temática de transtornos mentais em estudantes da educação básica, com foco especial na modalidade do ensino médio, sendo essa uma etapa consideravelmente importante para a formação do cidadão e seu futuro enquanto pessoa e profissional. Além disso, a pesquisa também se concentrou em discutir a situação dos estudantes das instituições de ensino da rede pública mais vulneráveis a esses transtornos. Até o presente momento, acreditamos que este seja o primeiro estudo a fazer um levantamento sobre os trabalhos disponíveis nas últimas duas décadas sobre a referida temática envolvendo exclusivamente esse público-alvo.

No total, nove dos 19 estudos realizados investigaram o transtorno de ansiedade entre os estudantes. Os distúrbios de ansiedade são um dos distúrbios psiquiátricos mais comuns em crianças e adolescentes (ISOLAN et al., 2011). Esse dado corrobora com uma breve pesquisa feita pela própria autora idealizadora deste estudo. A pesquisa realizada por meio de um formulário *online* com uma pequena amostra de 20 estudantes entrevistados revelou que 11 deles disseram sofrer de transtorno de ansiedade. Esses dados também podem ser comprovados por pesquisas feitas por instituições de saúde nacionais e internacionais, que colocam o Brasil como um dos países com maiores taxas de transtornos de ansiedade do mundo (OMS, 2017; FERNANDES et al., 2018).

É importante saber diferenciar o transtorno de ansiedade generalizada de outros transtornos mentais. Por esse motivo, a introdução de profissionais especializados nas instituições de ensino básico pode ajudar os estudantes da rede pública oferecendo atenção ou atendimento especializados e orientando-os a consultarem outros especialistas da área nas redes de saúde de suas cidades. O DSM-V sinaliza que:

Uma história clínica cuidadosa é necessária para diferenciar transtorno de ansiedade generalizada de transtorno bipolar, uma vez que rumações ansiosas podem ser confundidas com pensamentos acelerados, e esforços para minimizar sentimentos de ansiedade podem ser entendidos como comportamento impulsivo. Da mesma maneira, sintomas de transtorno de estresse pós-traumático precisam ser diferenciados de transtorno bipolar. É útil considerar a natureza episódica dos sintomas descritos, bem como avaliar possíveis desencadeadores dos sintomas, ao ser feito esse diagnóstico diferencial (DSM-V, 2014, p. 131).

O DSM-V também alerta sobre os sintomas do transtorno de ansiedade generalizada, inclusive citando o contexto escolar. Segundo o Manual,

As características principais do transtorno de ansiedade generalizada são ansiedade e preocupação persistentes e excessivas acerca de vários domínios, incluindo desempenho no trabalho e escolar, que o indivíduo encontra dificuldade em controlar. Além disso, são experimentados sintomas físicos, incluindo inquietação ou sensação de “nervos à flor da pele”; fadigabilidade; dificuldade de concentração ou “ter brancos”; irritabilidade; tensão muscular; e perturbação do sono (DSM-V, 2014, p. 190).

Grande parte dos adolescentes que estão matriculados em instituições de ensino médio acabam por desenvolver transtornos de ansiedade. Segundo Silveira et al. (2020), jovens passam a adquirir grandes evoluções em seu âmbito social, com relação às suas responsabilidades pessoais e futuras. Esse fato é claramente perceptível nesses estudantes secundaristas, pois após entrar no ensino médio, a pressão para

conseguir uma vaga em uma universidade pública ou para começar a vida profissional no mercado de trabalho aumenta de forma considerável, uma vez que a sociedade exige e pressiona para que esses indivíduos saiam de sua “zona de conforto”, sejam mais proativos e mais produtivos. Adicionalmente, a ansiedade enquanto transtorno, também influenciam a qualidade do sono dos estudantes, uma vez que ela é a causa comum de insônia entre os adolescentes (MULLIN; SIMON, 2017).

Dados disponibilizados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) revelaram que o transtorno de ansiedade afeta 18,6 milhões de pessoas no Brasil. Se levarmos em consideração os valores brutos da população do Brasil no ano de 2020, com cerca de 212,6 milhões de habitantes, podemos inferir que naquele ano, 8,74% da população sofria algum tipo de transtorno de ansiedade. Lamentavelmente, este cenário tendeu a piorar com o advento da pandemia de COVID-19. Um importante estudo conduzido por pesquisadores brasileiros com uma amostra de 1996 pessoas maiores de 18 anos de idade mostrou que a população no país se tornou mais ansiosa durante a pandemia gerada pelo novo coronavírus SARS-CoV-2 (GOULARTE et al., 2021). Apesar da pesquisa não ter considerado a faixa etária comum da população escolar de nível médio, os resultados deste estudo sinalizam a importância do cuidado com a atenção à saúde mental dos pais ou parentes próximos aos estudantes.

Um estudo conduzido por Souza (2020) com estudantes do ensino médio integrado, encontrou diferenças significativas entre os níveis de ansiedade nos participantes da pesquisa. Curiosamente, a maior média de desenvolvimento de transtornos de ansiedade foi encontrada em estudantes da terceira série. Esse fato chama à atenção, pois apesar de muitas instituições de ensino médio integrado apresentarem um ano a mais que as demais unidades regulares de ensino, essa pesquisa revela a pressão sofrida por estes alunos em estarem no último ano do ensino médio e precisarem passar por processos seletivos, como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), vestibulares ou para conseguirem o primeiro emprego. Esse mesmo estudo revelou que estudantes do sexo feminino apresentaram maior nível de ansiedade do que os estudantes do sexo masculino (SOUZA, 2020).

Um estudo realizado com 295 alunos de diferentes escolas em uma cidade do interior do estado de São Paulo encontrou altos valores de estresse, os quais estavam significativamente mais presentes em estudantes do sexo feminino (ELTINK, 2020). Embora o estudo realizado não objetivou demonstrar a desigualdade de gênero entre alunos e alunas quanto ao transtorno, a referida pesquisa revelou dados interessantes que traduzem a falta de atenção em relação aos estudantes de instituições públicas que não têm acesso ao direito de ter um tratamento psicológico gratuito e eficiente. Essa mesma pesquisa, feita de maneira *online*, revelou que a cada 10 entrevistados que afirmaram ter algum tipo de distúrbio psicológico, sete são do sexo feminino, o que reflete a importância de atenção e acompanhamento psicológico desse público em especial.

Os estudantes não sofrem pressão apenas pelo sonho de entrar em uma universidade ou conseguir ser admitido no mercado de trabalho, mas também pela sua aparência física, tornando-os não poucas vezes vítimas do padrão de beleza continuamente imposto pela mídia e a sociedade, o que contribui para o desenvolvimento de outros transtornos mentais, como os transtornos alimentares. Um estudo transversal feito por Vilela et al. (2004) com 1.807 estudantes, com idades entre 7 e 19 anos, de escolas públicas do ensino fundamental e médio de uma cidade do interior de Minas Gerais, evidencia isso. O estudo mostrou uma alta prevalência de possíveis transtornos alimentares na população estudada, assim como comportamentos alimentares inadequados, principalmente em adolescentes do sexo feminino (VILELA et al., 2004).

Posteriormente, um estudo realizado por Souza et al. (2011) corroborou com os dados do estudo supracitado. Os autores investigaram os fatores preditivos de transtornos alimentares entre escolares. Na pesquisa, foram entrevistados 2076 alunos de instituições particulares de ensino médio no estado do Mato Grosso do Sul. Através do Teste de Atitudes Alimentares (EAT-26), a pesquisa confirmou dados já existentes na literatura científica ao mostrar prevalência de 9,7% de EAT positivo, maior prevalência de mulheres na

categoria com escore superior a 21 do que homens, além de maior prevalência entre aqueles que declararam já terem apresentado sintomas depressivos no passado (SOUZA *et al.*, 2011). Juntos, esses estudos alertam à importância que se deve dar às jovens e adolescentes que sofrem de transtornos alimentares no ambiente escolar.

Segundo Piñol *et al.* (2017), a maneira como o adolescente percebe seu corpo é condição fundamental na formação de sua identidade. Assim, acreditamos que trabalhar questões de percepção, valorização ou mesmo aceitação do seu corpo, com estudantes, sobretudo do ensino médio, por meio de orientação especializada por profissionais capacitados, como psicólogos, é fundamental para reduzir a ocorrência de transtornos alimentares durante essa fase da vida. Indubitavelmente, muitos professores já trabalham essa temática na sala de aula com seus alunos. O que reforçamos neste presente estudo é que a inserção de psicólogos nas escolas da rede pública pode contribuir significativamente para a qualidade de vida desses estudantes, prevenindo ou minimizando a ocorrência desses distúrbios.

Considerável parte das mulheres jovens e adolescentes estudantes secundaristas utilizam dietas para emagrecer sem recomendação médica ou nutricional especializada. O consumo de determinados produtos ou a exposição a longos períodos de jejum sem a devida orientação profissional podem trazer sérias consequências não só no corpo como também para a mente. Silva *et al.* (2007) trazem um conceito interessante sobre “Saúde Escolar”. Para esses autores,

A Saúde Escolar é o âmbito da saúde, que desenvolve ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde da criança e do adolescente em idade escolar. Articula os saberes, conhecimentos da saúde, da educação e da comunidade e que pode construir um espaço de troca e socialização dos mesmos. As ações de saúde escolar ocorrem através do desenvolvimento de trabalhos educativos e assistenciais, envolvendo a comunidade escolar, alunos, pais, professores, serviço de orientação, supervisão, direção, e serviços de saúde, considerando a história de vida do aluno, a inserção da família no contexto socioeconômico e político, procurando oferecer atendimento integral (SILVA *et al.*, 2007, p. 1444).

Pontes *et al.* (2009, p. 100) também advertem que “a possibilidade de orientação da população quanto ao consumo adequado de alimentos pode corrigir erros alimentares”. Assim, é claramente perceptível que a intervenção de psicólogos escolares e educacionais nas unidades de ensino é indispensável para orientar esse público estudantil a procurarem o atendimento médico ou nutricional especializado.

As mulheres, especialmente as jovens, e as adolescentes, são o público majoritariamente mais cobrado pela sociedade em relação à forma ou estilo do seu corpo. Com o advento das redes sociais, os estereótipos ficaram cada vez mais acentuados e, acabam por direta ou indiretamente, influenciar a autoestima dessas jovens e adolescentes (PIÑOL *et al.*, 2017), fazendo-as desenvolverem transtornos desde cedo. É válido ressaltar, porém, que não são somente as mulheres que sofrem desse distúrbio. Contudo, por serem historicamente as mais exigidas dentro dos “padrões” de beleza impostos, o número de mulheres com transtornos alimentares é consideravelmente maior que o de homens. Além disso, é mais frequente observar jovens e adolescentes do sexo feminino com mais atividades domésticas para fazer, como cuidar de irmãos, limpar casa, cozinhar e lavar. Soma-se a isso, a responsabilidade de dedicar-se à extensa carga horária de aulas e outras atividades também na escola, principalmente no que diz respeito aos desafios inerentes ao Novo Ensino Médio, modalidade já em curso em muitas escolas do país.

Nossos resultados também mostram que, no geral, seis estudos investigaram transtornos depressivos em estudantes. Dois desses estudos foram feitos apenas com estudantes do ensino médio e dois investigando também a ansiedade com alunos de ambas as modalidades de ensino (fundamental e médio). A depressão é considerada por especialistas como um dos transtornos psicológicos mais graves, não só por trazer comportamentos autodestrutivos, mas também por trazer muitos sintomas com um nível extremamente alto e intenso. Embora a função do psicólogo escolar e educacional não seja de diagnosticar a doença e tratar o

indivíduo, competência essa voltada exclusivamente para a parte clínica da Psicologia, um profissional da área na unidade de ensino pode ajudar na identificação dos sinais e mediar a situação junto às unidades de saúde especializadas. Segundo o DSM-V:

A característica comum desses transtornos é a presença de humor triste, vazio ou irritável, acompanhado de alterações somáticas e cognitivas que afetam significativamente a capacidade de funcionamento do indivíduo. O que difere entre eles são os aspectos de duração, momento ou etiologia presumida (DSM-V, 2014, p. 155).

Assim, reafirmamos a importância da atenção psicológica especializada para estudantes de educação básica pública do país, com vistas a melhorar a qualidade de vida desse público estudantil e o desempenho escolar.

Nos três estudos que investigam sobre a depressão é possível perceber que o foco principal são os estudantes do ensino médio. Isso não significa que escolas de ensino médio possuem maiores índices de casos de depressão, mas sim, que a situação de estudantes entre 14 e 19 anos é bastante preocupante, uma vez que eles têm um período considerável de traumas, padrões, responsabilidades, estresses e outros aspectos pessoais, que se não tratados ou acompanhados de maneira eficiente por um especialista, poderão desencadear reações do corpo, ocasionando doenças psicossomáticas. Dessa maneira, uma condição que já não era uma situação “estável”, poderá agravar-se, exigindo um tratamento mais longo. Isso, por sua vez, necessitará de mais cuidados, e, conseqüentemente, um custo financeiro normalmente maior.

Vale salientar que os três estudos que mencionamos e que fazem parte da tabela *PsicoEduc* foram realizados há mais de quatro anos. Assim, é esperado que os casos registrados na época em que esses estudos foram feitos sejam menores quando comparados com os dias atuais, o que sinaliza, em ato contínuo, a importância de atenção e acolhimento por meio destes profissionais especializados e devidamente capacitados nas unidades escolares, especialmente as escolas da rede pública de ensino.

A pandemia de COVID-19 gerada pelo novo coronavírus SARS-CoV-2 impactou sobremaneira a população mundial e brasileira, trazendo consigo outros aspectos negativos além daqueles causados diretamente pela doença e que, direta ou indiretamente, afetaram os estudantes, sobretudo das escolas públicas. O medo de desenvolver a doença, o estresse gerado pelo isolamento ou distanciamento social, o cuidado contínuo para com pessoas do seio familiar, a perda de emprego por parte de algum responsável pela família e o luto de perder um ente querido são exemplos de situações súbitas relacionadas à pandemia e que podem ter acionado novos focos de tensão ou estresse nas pessoas, desencadeando ou maximizando sintomas de perturbações mentais nos estudantes. Logo, podemos inferir que, durante a pandemia de COVID-19, os registros de transtornos mentais certamente cresceram e/ou se tornaram mais intensos. Uma pesquisa feita pela Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP) e publicada no *website* da Agência Brasil, mostrou que cerca de 89% dos 400 psiquiatras destacaram o agravamento de quadros de saúde mental em seus pacientes devido à pandemia do novo coronavírus (MELLO, 2021).

Corroborando com a informação acima, um importante estudo correlacional e exploratório conduzido por pesquisadoras brasileiras investigou os níveis de ansiedade, depressão e estresse durante o período de distanciamento social devido à pandemia de COVID-19 em estudantes de um *campus* do Instituto Federal na região metropolitana de Porto Alegre, Rio Grande do Sul (ESTEVES *et al.*, 2021). Nesse estudo, 208 estudantes responderam a um questionário *online* contendo variáveis sociodemográficas e a Forma Curta da Escala de Depressão, Ansiedade e Estresse (DASS-21). As pesquisadoras detectaram uma prevalência de sintomas classificados como moderado-severo de 49% para o estresse, 39% para a depressão e 33% para a ansiedade. Além disso, as autoras também encontraram associação entre níveis mais elevados de sintomas de ansiedade com ocorrência de problemas de sono durante o período de distanciamento social (ESTEVES *et al.*, 2021).

Juntos, esses dados reforçam e revelam a considerável necessidade da atuação de psicólogos nas instituições de ensino de educação básica pública do Brasil como forma de orientar aqueles estudantes que mais necessitam de acompanhamento psicológico, bem como no desenvolvimento de estratégias igualmente eficazes a fim de promoverem o bem-estar dos estudantes durante e após a pandemia de COVID-19 (ESTEVEZ *et al.*, 2021).

Nossa pesquisa bibliográfica encontrou apenas três estudos acerca da fobia social, apesar de esse ser um transtorno que, infelizmente, parece fazer parte da vida de muitos jovens e adolescentes. A fobia social ou *transtorno de ansiedade social*, segundo o DSM-V, diferencia-se do transtorno de comunicação social por ser um transtorno onde “as habilidades de comunicação social desenvolveram-se de forma correta, mas não são utilizadas devido a ansiedade, medo ou sofrimento acerca de interações sociais” (DSM-V, 2014, p. 49). Também não encontramos estudos quantitativos e/ou comparativos sobre transtorno de *borderline*, esquizofrenia e transtorno bipolar em estudantes da rede pública de ensino conforme os critérios de inclusão na tabela *PsicoEduc*, o que alerta para a importância de mais pesquisas serem realizadas sobre esses distúrbios e fobia social em escolares nas unidades de educação básica do país.

Três estudos que compõem a tabela *PsicoEduc* investigaram a ansiedade ou depressão em estudantes do ensino fundamental e/ou médio associadas à prática do *bullying*. Em um desses estudos, Forlim *et al.* (2014) mostraram que alunos alvos e autores de *bullying* apresentaram cinco vezes mais chance de ter sintomas depressivos do que os outros estudantes. Em um trabalho mais recente, De Oliveira Pimentel *et al.* (2020) mostraram correlação positiva entre ser vítima de *bullying* e ter sintomas depressivos, ansiedade e estresse, e ser vítima e ter ideação suicida.

Em conjunto, esses dados alarmantes contribuem para entender o papel da escola na mediação de conflitos entre os estudantes e promover ações educativas antiviolença. Segundo Lopes Neto (2005, p. 165), “A escola é de grande significância para as crianças e adolescentes, e os que não gostam dela têm maior probabilidade de apresentar desempenhos insatisfatórios, comprometimentos físicos e emocionais à sua saúde ou sentimentos de insatisfação com a vida.” Esse mesmo autor continua:

Todos desejamos que as escolas sejam ambientes seguros e saudáveis, onde crianças e adolescentes possam desenvolver, ao máximo, os seus potenciais intelectuais e sociais. Portanto, não se pode admitir que sofram violências que lhes tragam danos físicos e/ou psicológicos, que testemunhem tais fatos e se caleem para que não sejam também agredidos e acabem por achá-los banais ou, pior ainda, que diante da omissão e tolerância dos adultos, adotem comportamentos agressivos. (LOPES NETO, 2005, p. 165).

Ainda em relação ao *bullying*, a prática também remete a questões raciais. Para Silva (2019),

A construção de uma autoimagem destrutiva e depreciada que acomete uma parcela significativa de adolescentes e crianças negras corrobora para que, os mesmos, enquanto estudantes, tenham uma conduta *bullying* de teor racial entre si, tendo um comportamento opressor e de negação da própria identidade. (SILVA, 2019, p. 47)

Assim, criar ou intensificar ações *antibullying* no meio educacional são iniciativas altamente relevantes e indispensáveis para minimizar ocorrências de violência no ambiente escolar. Indiscutivelmente, essas ações, quando organizadas e corretamente trabalhadas, podem contribuir para reduzir possíveis danos físicos e/ou mentais dos estudantes, sobretudo nos mais jovens. A introdução de psicólogos nas escolas, portanto, se configura também como uma atitude benéfica, pertinente e colaborativa para subsidiar tais ações e mediar, dentro de suas competências, situações envolvendo as relações interpessoais no ambiente escolar.

É importante salientar que o presente trabalho não propõe a inserção de profissionais psicólogos na escola para atuarem de maneira clínica/diagnóstica, competência essa relacionada à Psicologia Clínica, mas sim como uma importante ferramenta para intermediar situações que são de sua competência no ambiente

escolar. É, portanto, essencial e indispensável considerarmos o papel da Psicologia Escolar e Educacional tal como preconiza as Referências Técnicas para Atuação de Psicólogos(os) na Educação Básica do Conselho Federal de Psicologia (CFP). Segundo o documento,

À Psicologia Escolar e Educacional almejamos um projeto educacional que vise a coletivizar práticas de formação e de qualidade para todos; que lute pela valorização do trabalho do professor e constitua relações escolares democráticas, que enfrente os processos de medicalização, patologização e judicialização da vida de educadores e estudantes; que lute por políticas públicas que possibilitem o desenvolvimento de todos e todas, trabalhando na direção da superação dos processos de exclusão e estigmatização social. (CFP, 2019, p. 28)

Em relação ao número de estudos por região geográfica do país, nossos dados mostram que a Região Sudeste apresentou o maior número de estudos relacionados a transtornos de ansiedade. Adicionalmente, quando somamos com a Região Sul, os dados revelam que mais da metade dos estudos relacionados aos transtornos mentais em estudantes da rede pública do país concentram-se apenas nessas duas regiões, as quais são geograficamente as menores do Brasil, porém que concentram grandes metrópoles e regiões metropolitanas, como as de São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Porto Alegre e Belo Horizonte, e conseqüentemente mais habitantes quando comparadas com outras cidades de outras regiões do país.

Nosso estudo também revelou que existe um baixo número de trabalhos científicos publicados sobre o assunto em outras regiões do país. Embora seja geograficamente a maior em área, a Região Norte, por exemplo, apresentou apenas um estudo que atendia os critérios de inclusão para a pesquisa. Isso configura-se um dado preocupante, pois pode diminuir a visibilidade do assunto e, com isso, influenciar negativamente ações sociais por parte do poder público para com as escolas dos estados dessa região, bem como a falta de atenção quanto à inserção de psicólogos nas escolas públicas desses entes federativos.

A Região Nordeste apresentou um total de 15,79% dos estudos realizados sobre a temática de transtornos mentais em estudantes da rede pública de ensino, logo após a Região Sul. Ressaltamos, porém, que ainda é uma porcentagem muito pequena de estudos, dado se levarmos em consideração que são nove estados na região e que também apresenta grandes regiões metropolitanas como, por exemplo, Salvador, Recife e Fortaleza e, possivelmente, muitos estudantes na rede pública de ensino que necessitam de atenção ou atendimento psicológico especializado.

A Região Centro-Oeste, com dois trabalhos incluídos na tabela *PsicoEduc*, totaliza um percentual de apenas 10,53% dos estudos, o que também sinaliza a importância de se conduzir mais pesquisas com estudantes da educação básica pública sobre a temática relacionada a esse presente trabalho.

Apesar dos nossos dados apresentarem um percentual de estudos para cada região geográfica do país, os estudos em cada uma dessas regiões são bem heterogêneos e concentram-se em poucos estados da federação. Dos 26 estados, apenas 12, ou seja, menos que a metade, atenderam os critérios de inclusão para integrarem o banco de dados na tabela *PsicoEduc*. Ou seja, até a data de publicação do presente estudo, não foram encontrados trabalhos científicos oriundos dos estados do Amazonas, Ceará, Santa Catarina, Espírito Santo, Alagoas, Sergipe, Paraíba, Rondônia, Roraima, Amapá, Acre, Goiás, Tocantins e Maranhão que atendessem simultaneamente aos cinco critérios metodológicos para integrarem o banco de dados da tabela *PsicoEduc*.

Também não encontramos nenhum estudo sobre a temática abordada em escolas localizadas na capital federal, Brasília, cidade natal da primeira autora do estudo, ou em escolas do Distrito Federal (DF). Assim, fica claro que há uma inobservância factível oriunda da falta de atenção dada a um assunto tão importante na atualidade. Isso é evidenciado pela quantidade de estados da federação que não possuem estudos quantitativos ou quali-quantitativos sobre distúrbios psicológicos em estudantes do ensino

fundamental ou médio, bem como pelo percentual de estudo por cada região geográfica do país e pelo número de pessoas que não têm acesso a um serviço psicológico gratuito e de qualidade.

A introdução de psicólogos em instituições de ensino não é algo arbitrário. Existe um dispositivo legal que fundamenta a temática desta presente pesquisa, a Lei nº 13.935/2019. Não estamos propondo algo inédito, mas sim, reforçando a necessidade de o Estado valorizar verdadeiramente essa lei e ter um olhar diferenciado para os estudantes brasileiros, sobretudo àqueles do ensino médio das escolas públicas, que acreditamos serem os mais vulneráveis socialmente e que carregam consigo várias demandas, sejam elas relacionadas à família, à escola, ou ao trabalho, além das exigências pessoais que se manifestam por meio de traços comportamentais relacionados à perfeição, superioridade ou autossuficiência.

Como destaca Guzzo (2016, p. 11), “é preciso que a vida humana seja analisada levando-se em conta sua sociedade e sua história, para que seja possível, a partir daí, tirar as conclusões práticas necessárias para as tomadas de decisão e planejamento de ações sobre ela” Considerando o contexto escolar e a inserção de profissionais psicólogos nas unidades de ensino, é mais que importante considerar esse pressuposto a fim de que se obtenha êxito na introdução desses profissionais no ambiente educacional, uma vez que, segundo a mesma pesquisadora, não é possível falar em prevenção ou intervenção preventiva se não tiver como norte a mudança social (GUZZO, 2016).

A escola de ensino médio, como ambiente de transformação do ser humano, deveria ser não apenas um local para a educação formal, mas também um lugar para proporcionar experiências exitosas a fim de contribuir para a formação integral do alunado, bem como um espaço acessível e inclusivo para escuta e acolhimento dos estudantes. Contudo, como aponta as Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) na Educação Básica, “a escola compreendida como instituição que produz e reproduz as contradições da sociedade na qual se insere, nem sempre vem assegurando o exercício de uma cidadania ativa.” (CFP, 2019, p. 24). Sendo assim, no que tange a responsabilidade do Estado, é notadamente importante que verdadeiras políticas educacionais, e não programas de governo, sejam continuamente propostas, discutidas, pensadas e repensadas para atender essa clientela tão diversificada dessa modalidade de ensino, visando oferecer uma educação básica pública de qualidade e atendendo, sobretudo, as camadas populares. Uma vez que a educação não é uma mercadoria, mas sim, um direito de todos.

A inserção de psicólogos em instituições de ensino é sem dúvida uma das estratégias mais acessíveis e adequadas para a prevenção e atenuação dos casos de transtornos mentais nas escolas públicas, principalmente em relação aos jovens de 14 a 19 anos de idade, bem como na melhoria do processo de ensino e aprendizagem desses estudantes. Jovens nessa faixa etária foram o principal público alvo pesquisado nos trabalhos científicos citados durante o presente estudo e que compuseram o banco de dados da tabela *PsicoEduc*. Acreditamos que a atenção e o acompanhamento psicológico de estudantes do ensino médio, sobretudo nas escolas públicas brasileiras, é um importante mecanismo de prevenção ou atenuação dos transtornos mentais, além de ser uma forma de minimizar as desigualdades sociais ainda impregnadas no seio da nossa sociedade.

Considerações finais

A inserção de psicólogos escolares e educacionais nas instituições públicas de ensino não é um ato de solidariedade, mas um ato de justiça e responsabilidade social. Promover intervenções nas escolas para melhorar a qualidade de vida dos estudantes, bem como a melhoria do processo de ensino e aprendizagem é contribuir para a cidadania e atender pelo menos seis dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Brasil: o ODS 3 (Saúde e bem-estar), o ODS 4 (Educação de qualidade), o ODS 5 (Igualdade de

gênero), o ODS 10 (Redução das desigualdades), o ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições eficazes) e o ODS 17 (Parcerias e meios de implementação).

Estudantes que sofrem de transtornos mentais têm a sua vida afetada de forma avassaladora, tornando a adolescência uma fase ainda mais difícil de se viver. Assim, esse olhar especial para com a educação básica pública brasileira também se configura um mecanismo de projetar o futuro desses jovens e adolescentes. Certamente, com a introdução e dedicação dos psicólogos nas escolas, veríamos jovens mentalmente mais saudáveis, fazendo suas escolhas de maneira mais racional e mais seguros quanto aos seus projetos de vida, além de estarem mentalmente mais preparados para enfrentar os desafios do dia a dia, sem carregar consigo pensamentos punitivos e autodestrutivos que poderiam ameaçar suas próprias vidas.

Finalmente, além da introdução efetiva de psicólogos nas escolas, é de suma importância a melhoria das redes de saúde mental dos municípios, as quais são as responsáveis diretas por prestar o atendimento clínico e especializado à população que sofre com os transtornos mentais, sobretudo para aquelas pessoas que mais necessitam. Para tanto, mais investimentos na área da saúde, direcionados especificamente para a ampliação e o aprimoramento desses núcleos especializados, devem ser realizados pelo poder público a fim de contribuir para a saúde da população. Adicionalmente, também sinalizamos a importância de haver e manter uma comunicação eficiente entre as escolas e essas redes de saúde, com vistas a viabilizar o atendimento gratuito e de qualidade aos jovens e adolescentes que se encontram em situações de vulnerabilidade, buscando também a garantia de recursos fundamentais para o direito a uma educação de qualidade. Assim, o profissional psicólogo na escola atuaria também como uma “ponte” eficaz nessa relação interinstitucional, podendo fazer observações, levantamentos, aprofundando o diálogo entre os gestores e mediando o acesso daqueles estudantes que mais necessitam do serviço de atendimento especializado por essas redes de saúde.

Nosso trabalho sinaliza e evidencia a importância dos estudantes, em especial do ensino médio, vítimas desses transtornos mentais, terem atendimento ou acompanhamento psicológico gratuito, eficiente e de qualidade. Por fim, acreditamos que a inclusão dos profissionais psicólogos nas instituições públicas de ensino médio do país contribuirá substancialmente para a melhoria da educação e para a redução, mesmo que em parte, das desigualdades sociais educacionais presentes na sociedade brasileira.

Referências

1. AMARAL, A. C. A.; PEREIRA, B.L.; BRITO, E. H. S. R; NETO, M. F. A; CUNHA, T. R., SILVA JÚNIOR, G. M. N. S. Problemas mentais nos estudantes de medicina: prevalência e fatores associados. **RESU- Revista Educação em Saúde**, v. 7, n. 1, 2019. Disponível em: <http://periodicos.unievangelica.edu.br/index.php/educacaoemsaude/article/view/3808/2646>. Acesso em: 02 fev. 2022.
2. AQUINO, M.T. **Prevalência de transtornos mentais entre estudantes de medicina da Universidade Federal de Minas Gerais**. Pós-graduação em Ciências da Saúde da Faculdade de Medicina da Universidade Federal Minas Gerais, 2012. (Dissertação) Mestrado. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-93EL9J/5/1_pags_01_a_78.pdf. Acesso em: 05 mar. 2022.
3. BATISTA, M.A.; OLIVEIRA, S.M.S.S. Sintomas de ansiedade mais comuns em adolescentes. **PSIC - Revista de Psicologia da Vetor Editora**, v. 6, n. 2, p. 43-50, 2005. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psic/v6n2/v6n2a06.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2022.

4. BRASIL. **Lei nº 13.935, de 11 de Dezembro de 2019.** Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/12/12/promulgada-lei-que-garante-atendimento-de-psicologo-a-alunos-de-escolas-publicas>. Acesso em: 19 abr. 2022.
5. BRITO, A. K. M.; AZONSIVO, R.; DOLABELA, M. F. Presença de ansiedade em alunos do ensino médio. **Arigó - Revista do Grupo PET e Acadêmicos de Geografia da Ufac**. v. 3, n. 2, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/arigoufac/article/view/5510/3093>. Acesso em: 20 mar. 2022.
6. CFP - Conselho Federal de Psicologia (Brasil). **Referências técnicas para atuação de psicólogos(os) na educação básica.** Conselho Federal de Psicologia. 2. ed. Brasília: CFP, 2019. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/08/EducacaoBASICA_web.pdf
7. CRUZ, M.C.M.V; PINTO, J.R.; ALMEIDA, M.; ALELUIA, S. **Ansiedade nos estudantes do ensino superior:** um Estudo com Estudantes do 4º Ano do Curso de Licenciatura em Enfermagem da Escola Superior de Saúde de Viseu. Centro de Estudos em Educação, Tecnologias e Saúde. p. 223-242, 2010. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/millennium/article/view/8259>. Acesso em: 03 mar. 2022.
8. D' EL REY, G.J.F.; PACINI, C.A.; CHAVIRA, D.J.F. Fobia social em uma amostra de adolescentes. **Estudos de Psicologia**. v. 11, n. 1, p. 111-114, 2006. Disponível em (doi): <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2006000100013>. Acesso em: 20 mar. 2022.
9. DAMIÃO, N.F.; COUTINHO, M.P.L.; CAROLINO, Z.C.G.; RIBEIRO, K.C.S. Representações sociais da depressão no ensino médio: um estudo sobre duas capitais. **Psicologia & Sociedade [online]**. v. 23, n. 1, 2011. Disponível em (doi): <https://doi.org/10.1590/S0102-71822011000100013>. Acesso em: 07 mar. 2022.
10. De OLIVEIRA PIMENTEL, F.; DELLA MÉA, C. P.; DAPIEVE PATIAS, N. Victims of bullying, symptoms of depression, anxiety and stress, and suicidal ideation in teenagers. **Acta Colombiana de Psicología**, v. 23, n. 2, p. 205-216, 2020. Disponível em (doi): <http://www.doi.org/10.14718/ACP.2020.23.2.9>. Acesso em: 30 abr. 2020.
11. DSM-V. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais.** American Psychiatric Association; trad. Maria Inês Corrêa Nascimento et al. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.
12. ELTINK, C.F.; NUNES, C.W.B. Concepções sobre estresse segundo alunos do ensino médio de uma cidade de pequeno porte. **Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social**, vol. 1, 2020. Disponível em (doi): <https://doi.org/10.18554/refacs.v8i0.4668>. Acesso em: 30 mar. 2022.
13. ESTEVES, C.S.; OLIVEIRA, C.R.; ARGIMON, I.I.L. Social Distancing: Prevalence of Depressive, Anxiety, and Stress Symptoms Among Brazilian Students During the COVID-19 Pandemic. **Frontiers in Public Health**, v.8, p. 1-5, 2021. Disponível em (doi): <https://doi.org/10.3389/fpubh.2020.589966>. Acesso em: 30 abr. 2022.
14. FERNANDES, G. C.; TERRA, M. B. Fobia social: estudo da prevalência em duas escolas em Porto Alegre. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria [online]**, v. 57, n. 2, 2008. Disponível em (doi): <https://doi.org/10.1590/S0047-20852008000200007>. Acesso em: 30 mar. 2022.

15. FERNANDES, M. A.; RIBEIRO, H. K. P.; SANTOS, J. D. M.; MONTEIRO, C. F. S.; COSTA, R. S.; SOARES, R. F. S. Prevalência de transtornos de ansiedade como causa de afastamento dos trabalhadores. **Revista Brasileira de Enfermagem [online]**. 2018, v. 71, p. 2213-2220, 2018. Disponível em (doi): <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2017-0953>. Acesso em: 25 mar. 2022.
16. FORLIM, B. G.; STELKO-PEREIRA, A. C.; WILLIAMS, L. C. A. Relação entre bullying e sintomas depressivos em estudantes do ensino fundamental. **Estudos de Psicologia**, v. 31, n. 3, p. 367-375, 2014. Disponível em (doi): <http://dx.doi.org/10.1590/0103-166X2014000300005>. Acesso em: 30 abr. 2020.
17. FRAGELLI, T. B. O.; FRAGELLI, R. R. Por que estudantes universitários apresentam estresse, ansiedade e depressão? Uma rapid review de estudos longitudinais. **Revista Docência do Ensino Superior**, v. 11, p. 1-21, 2021. Disponível em (doi): <https://doi.org/10.35699/2237-5864.2021.29593>. Acesso em: 15 abr. 2022.
18. GOULARTE, S. D. M.; SERAFIM, S. D.; COLOMBO, R.; HOGG, B.; CALDIERARO, M. A.; ROSA, A. R. COVID-19 and mental health in Brazil: Psychiatric symptoms in the general population. **Journal of Psychiatric Research**, v. 132, p. 32-37, 2021. Disponível em (doi): <https://doi.org/10.1016/j.jpsychires.2020.09.021>. Acesso em: 28 abr. 2022.
19. GREYER, E. O.; BECKER, M. C.; MENEZES, H. M.; NUNES, C. R. O. Prevalência de Transtornos Mentais Comuns entre Estudantes de Medicina da Universidade Regional de Blumenau (SC). **Revista Brasileira de Educação Médica**. v. 43, n. 1, p. 276-285, 2019. Disponível em (doi): <https://doi.org/10.1590/1981-5271v43suplemento1-20180260>. Acesso em: 22 mar. 2022.
20. GROLLI, V.; WAGNER, M. F.; DALBOSCO, S. N. P. Sintomas Depressivos e de Ansiedade em Adolescentes do Ensino Médio. **Revista de Psicologia da IMED**, v. 9, n. 1, p. 87-103, 2017. Disponível em (doi): <http://dx.doi.org/10.18256/2175-5027.2017.v9i1.2123>. Acesso em: 28 fev. 2022.
21. GUZZO, Raquel Souza Lobo. Risco e proteção: análise crítica de indicadores para uma intervenção preventiva na escola. In: VIANA, Meire Nunes; FRANCISCHINI, Rosângela (Orgs.). **Psicologia Escolar: que fazer é esse?** Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP, 2016. p. 9 - 36. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2016/08/CFP_Livro_PsinaEd_web.pdf
22. ISOLAN, L.; SALUM, G. A.; OSOWSKI, A. T.; AMARO, E.; MANFRO, G. G. Psychometric properties of the Screen for Child Anxiety Related Emotional Disorders (SCARED) in Brazilian children and adolescents. **Journal of Anxiety Disorders**, v. 25, p. 741-748, 2011. Disponível em (doi): <https://doi.org/10.1016/j.janxdis.2011.03.015>. Acesso em: 01 maio. 2022.
23. JATOBA, J. D. V. N.; BASTOS, O. Depressão e ansiedade em adolescentes de escolas públicas e privadas. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria [online]**, v. 56, n. 3, p. 171-179. 2007. Disponível em (doi): <https://doi.org/10.1590/S0047-20852007000300003>. Acesso em: 17 mar. 2022.
24. KRAWCZYK, N. Reflexão sobre alguns desafios do ensino médio no Brasil hoje. **Cadernos de Pesquisa**, v. 41, n.144, p. 752-769, 2011. Disponível em (doi): <https://doi.org/10.1590/S0100-15742011000300006>. Acesso em: 03 mar. 2022.
25. LIMA, M. C. P.; DOMINGUES, M. S. C.; RAMOS, A. T. A. Prevalência e fatores de risco de transtornos mentais comuns entre estudantes de medicina. **Revista de Saúde Pública [online]**, v. 40,

- n. 6 , p. 1035-1041, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-89102006000700011>. Acesso em: 19 mar. 2022.
26. LOPES NETO, A. A. Bullying – comportamento agressivo entre estudantes. **Jornal de Pediatria**, v. 81, n. 5, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jped/a/gvDCjhggsGZCjttLZBZYtVq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 abr. 2022.
27. MULLIN, B. C.; SIMON, S. L. Managing insomnia symptoms among adolescents with anxiety disorders. **Evidence-Based Practice in Child and Adolescent Mental Health**, v. 2, p. 123-138, 2017. Disponível em (doi): <https://doi.org/10.1080/23794925.2017.1359704>. Acesso em: 30 abr. 2022.
28. NEPONUCENO, H. J.; SOUZA, B. D. M.; NEVES, N. M. B. C. Transtornos mentais comuns em estudantes de medicina. **Revista Bioética [online]**, v. 27, n. 3, p. 465-470, 2019. Disponível em (doi): <https://doi.org/10.1590/1983-80422019273330>. Acesso em: 20 mar. 2022.
29. MELLO, D. **Pesquisa revela impacto da pandemia na saúde mental de jovens**. Agência Brasil. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-09/pfizer-pesquisa-revela-impacto-da-pandemia-na-saude-mental-de-jovens>. Acesso em: 05 abr. 2022.
30. OLIVEIRA, G. C. G; BORUCHOVITCH, E. Ansiedade entre estudantes do ensino médio, gênero e escolaridade: contribuições para a educação. **Revista Educação em Questão**, v. 59, n. 62, 27 2021. Disponível em (doi): <https://doi.org/10.21680/1981-1802.2021v59n62ID26453>. Acesso em: 20 mar. 2022.
31. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. (2017). Depressão e outros transtornos mentais comuns: estimativas de saúde global. **Organização Mundial da Saúde**. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/254610>. Acesso em: 09 abr. 2022.
32. PIÑOL, S. N. T.; ESMERALDINO, A. S.; KLAUS, K. R.; ESTRAZULAS, L. S. SILVA, S. I. H. Padrões de beleza: os efeitos da mídia nos jovens. **Anais da Feira de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campus São Francisco do Sul**, v. 1 n. 5, 2017. Disponível em (doi): <https://doi.org/10.21166/fepex-sfs.v1i0.177>. Acesso em: 13 abr. 2022.
33. PIVETTA, L. A.; GONÇALVES-SILVA, R. M. V. Compulsão alimentar e fatores associados em adolescentes de Cuiabá, Mato Grosso, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública [online]**, v. 26, n. 2, 2010. Disponível em (doi): <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2010000200012>. Acesso em: 13 mar. 2022.
34. PONTES, T. E.; COSTA, T. F.; MARUM, A. B. R. F.; BRASIL, A. L. D.; TADDEI, J. A. A. C. Orientação nutricional de crianças e adolescentes e os novos padrões de consumo: propagandas, embalagens e rótulos. **Revista Paulista de Pediatria [online]**, v. 27, n. 1, p. 99-105, 2009. Disponível em (doi): <https://doi.org/10.1590/S0103-05822009000100015>. Acesso em: 07 mar. 2022.
35. RABELO, L. M.; SIQUEIRA, A. K. A.; FERREIRA, L. S. F. Desencadeadores do Transtorno de Ansiedade em Acadêmicos de enfermagem: Uma Revisão Sistemática. **Revista Liberum Accessum**, v. 7, n. 1, p. 1-15, 2021. Disponível em: <http://revista.liberumaccesum.com.br/index.php/RLA/article/view/52/76>. Acesso em: 20 mar. 2022.

36. SANTOS TOURINHO, S. E.; HEMANY, C.; REIS DE OLIVEIRA, I. Ocorrência de sintomas de transtorno de ansiedade generalizada (TAG) e transtorno obsessivo-compulsivo (TOC) em estudantes de 11 a 18 anos de uma escola pública de Salvador. *Revista de Ciências Médicas e Biológicas*, v. 19, n. 4, p. 547–552, 2020. Disponível em (doi): <https://doi.org/10.9771/cmbio.v19i4.42669>. Acesso em: 10 mar. 2022.
37. SANTOS, L. S.; RIBEIRO, I. J. S.; BOERY, E. N.; BOERY, R. N. S. O. Qualidade de vida e transtornos mentais comuns em estudantes de medicina. *Cogitare Enfermagem*, v. 22, n. 4, 2017. Disponível em (doi): <http://dx.doi.org/10.5380/ce.v22i4.52126>. Acesso em: 20 abr. 2022.
38. SILVA, M. B.; SANTOS, M. A.; BARBOSA, L. C.; COELHO, M. P.; BELINELO, V. J.; MORAES, A. N. Saúde Através de Orientação Nutricional na Escola. In: **XI Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e VII Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba** p. 1444-1447, 2007. Disponível em: http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2007/trabalhos/saude/inic/INICG00747_01C.pdf. Acesso em: 20 mar. 2022.
39. SILVA, Deise Cardoso Santos. Bullying racial: Nuances acerca da violência, representações e discriminação à estudantes negros na escola de ensino fundamental em Salvador, Bahia, ano 2019. In: **Educação no Século XXI: Volume 34 - Diversidade**. Belo Horizonte: POISSON, 2019. p. 45-50.
40. SILVEIRA, J. A.; SANTOS, W. C.; PASCHOAL, R. A.; MORAES, R. C. Ansiedade em alunos do Ensino Médio: um estudo de revisão. *Psicologia.pt*, 2020. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1379.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2022.
41. SOUZA, C. M. **Ansiedade e desempenho escolar no Ensino médio integrado**. 2020. 80 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Vale do Sapucaí: Pouso Alegre, 2020.
42. SOUZA, J. C.; SOUZA, N.; MAGNA, L. A.; MAGNA, N. S. Fatores preditivos de transtornos alimentares entre estudantes do Ensino Médio. *Psicólogo informação*, v. 15, n. 15, p. 39-50, 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicoinfo/v15n15/v15n15a03.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2022.
43. SOUZA-KANESHIMA, A. M.; FRANÇA, A. A.; KNEUBE, D. P. F.; KANESHIMA, E. N. Ocorrência de anorexia nervosa e distúrbio de imagem corporal em estudantes do ensino médio de uma escola da rede pública da cidade de Maringá, Estado do Paraná. *Acta Scientiarum Health Sciences*, v. 28, n. 2, p. 119-127, 2008. Disponível em (doi): <https://doi.org/10.4025/actascihealthsci.v28i2.1065>. Acesso em: 03 abr. 2022.
44. TRIGUEIRO, E. S. O. Breves reflexões sobre os desafios do ensino médio brasileiro. **Educação em Debate**, v. 42, n. 81, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/52202/1/2020_art_esotrigueiro.pdf. Acesso em: 09 mar. 2022.
45. VALLE, J. E.; STELKO-PEREIRA, A. C.; SÁ, L. G. C.; WILLIAMS, L. C. A. Bullying, vitimização por funcionários e depressão: Relações com o engajamento emocional escolar. *Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, v. 19, n. 3, p. 463-473, 2015. Disponível em (doi): <http://dx.doi.org/10.1590/2175-3539/2015/0193872>. Acesso em: 30 abr. 2020.

46. VERGILIO, M. C. P. e GRAVENA, A. A. F. Perfil antropométrico e sintomatologia de anorexia em adolescentes de escola pública. **Acta Scientiarum. Health Sciences**, v. 33, n. 2, 2011. Disponível em (doi): <https://doi.org/10.4025/actascihealthsci.v33i2.6815>. Acesso em: 17 mar. 2022.
47. VILELA, J. E. B.; LAMOUNIER, J. A.; DELLARETTI FILHO, M. A.; BARROS NETO, J. R.; HORTA, G. M. Transtornos alimentares em escolares. **Jornal de Pediatria [online]**, v. 80, n. 1, p. 49-54, 2004. Disponível em (doi): <https://doi.org/10.2223/JPED.1133>. Acesso em: 25 mar. 2022.
48. VILETE, L. M. P.; COUTINHO, E. S. F.; FIGUEIRA, I. L. V. Confiabilidade da versão em Português do Inventário de Fobia Social (SPIN) entre adolescentes estudantes do Município do Rio de Janeiro. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 89-99, 2004. Disponível em (doi): <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2004000100023>. Acesso em: 16 mar. 2022.